

Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti
Caderno Educação Especial (Vinte Anos na ESEPF)

1

A Sexualidade na Deficiência Mental

Almeida, Paula Alexandra de Pinho Ferreira Pinto Camelo

Pós – Graduação em Educação Especial, Escola Superior de Educação Paula Frassinetti

Professora de Educação Especial – Agrupamento de Escolas de Penafiel Sul

paulaalmeida1969@hotmail.com

Resumo

A questão da sexualidade na deficiência mental é pouco discutida e permeada de preconceitos, mitos e tabus. As pessoas com deficiência mental possuem conhecimentos precários a respeito da sua sexualidade, experiências limitadas e são, muitas vezes, privadas de um acesso efectivo a uma educação sexual adequada. O objectivo deste artigo é perceber quais são os conhecimentos, necessidades e sentimentos de pessoas com deficiência mental, diante da sua sexualidade. Da análise qualitativa dos dados das entrevistas realizadas a alunos com deficiência mental concluímos que os seus conhecimentos em matéria de sexualidade são insuficientes e incorrectos. Por esta razão apresentamos uma proposta de um programa de Educação Sexual para ser implementado no ensino regular a alunos com Deficiência Mental.

Palavras Chave

sexualidade, deficiência mental, educação sexual.

Abstract

The issue of sexuality in the mental retardation is rarely discussed and full of prejudices, myths and taboos. People with intellectual disabilities have poor knowledge about their sexuality, limited experience and are often deprived of effective access to adequate sex education. The aim of this paper is to understand what are the knowledge, needs and feelings of people with mental disability towards their sexuality. The qualitative analysis of data from interviews with students with mental Disability concluded that their knowledge in matters of sexuality is inadequate and inaccurate. For this reason we present a proposal of a sexual education program to be implemented in regular education for students with intellectual disabilities.

Keywords

sexuality, mental disability, sexual education.

Resumé

La Sexualité dans la déficience mentale

La question de la sexualité dans la déficience mentale est peu discutée et lourde de préjugés, mythes et tabous. Les personnes ayant une déficience mentale ont une mauvaise connaissance de leur sexualité, des expériences limitées et sont souvent privés d'un accès effectif à une éducation sexuelle appropriée. Le but de cette étude est de comprendre quelles sont les connaissances, les besoins et sentiments des personnes handicapées mentales en face de sa sexualité. De l'analyse qualitative des données provenant d'entrevues avec des élèves ayant une déficience mentale, nous avons conclu que leurs connaissances en matière de sexualité sont insuffisantes et inexactes. Pour cette raison, nous proposons un programme d'éducation sexuelle à mettre en œuvre dans l'enseignement ordinaire pour les étudiants ayant une déficience mentale.

Introdução

A sexualidade é um dos aspectos essenciais para o equilíbrio psicossomático e o desenvolvimento integral do ser humano. No caso da sexualidade das pessoas com deficiência mental, o preconceito e a discriminação colaboram para uma perspectiva de que a pessoa com deficiência não tem direito a exercer a sua sexualidade porque não é capaz.

[...] Não existe um reconhecimento dos direitos de manifestação da sexualidade das pessoas com deficiência mental, sendo-lhes dadas poucas possibilidades de compreender as emoções despertadas por ela, conseqüentemente, dificultando a exploração da sua curiosidade sexual” (Bastos, Deslandes, 2005:393).

Os jovens com deficiência mental raramente são ouvidos a respeito dos seus anseios, desejos, dúvidas e experiências em relação à vida afectiva e sexual. Verifica-se, igualmente, que possuem conhecimentos precários a respeito da sua sexualidade, pois não lhes é fornecida educação sexual suficiente e ajustada.

Sendo assim, para que a pessoa com deficiência mental aprenda a lidar com a sua sexualidade, de forma adequada e responsável, faz-se necessária a criação e implementação de programas de educação sexual, em contexto escolar, adequados às suas características, necessidades e condições de vida.

1. Fisiologia da Deficiência Mental

A sexualidade da pessoa com deficiência mental, a não ser nos casos neurologicamente mais prejudicados, não é qualitativamente diferente das demais. Gherpelli afirma que:

[...] As estruturas límbicas do sistema nervoso são preservadas no deficiente mental e a sua conformação anatómica e os processos fisiológicos, bem como o desenvolvimento dos caracteres sexuais primários e secundários, a produção hormonal masculina e feminina, a menarca (primeira menstruação) ou a semarca (primeira ejaculação), além dos impulsos biológicos, acontecem como em qualquer ser humano (Moraes, 2006:37).

Vários autores, entre os quais, Buscaglia (1997), Glat (1992), Maia (2001) e Pinel (1993) defendem que as pessoas com deficiência têm um desenvolvimento sexual dentro da normalidade, e que, conseqüentemente, ninguém se torna assexuado em função de uma incapacidade física, sensorial ou mental (citado por Maia & Aranha, 2005:103).

2. Factores que condicionam a vivência da sexualidade das pessoas com deficiência mental

Vários estudos indicam que as maiores dificuldades para as pessoas com deficiência mental viverem a sua sexualidade não são de ordem biológica, mas sim, adaptativa. A grande diferença da sexualidade entre pessoas, com ou sem deficiência mental, decorre da diferença de condições cognitivas e adaptativas que determinam a capacidade do indivíduo para assimilar, compreender e elaborar códigos para o ajustamento social e emocional do seu comportamento sexual.

Os aspectos relacionados com a sexualidade na deficiência mental trazem preocupações aos pais e à sociedade sendo, frequentemente, traduzidas por atitudes repressivas e discriminatórias, que impedem um desenvolvimento mais pleno do indivíduo.

As pessoas com deficiência mental têm dificuldade em aceder a contextos normalizados: vivem segregadas, em isolamento familiar ou institucional, sendo afastadas de outros grupos sociais. O que para a família e para a escola pode representar protecção, para os deficientes que ficam privados do contacto social, cria uma dificuldade acrescida no processo de crescimento interpessoal, impedindo uma correcta socialização, no sentido de compreender o que é um comportamento socialmente adequado. Como não têm a oportunidade de relacionar-se com os pares em situações normalizadas, as condições de socialização e, sobretudo, no aspecto psico-sexual, são carenciais.

Verifica-se, igualmente, uma ausência de espaços e tempos privados, íntimos, nos quais o deficiente mental possa ter determinadas condutas sexuais, auto eróticas ou relações com outras pessoas. As pessoas com deficiência mental raramente têm momentos de privacidade: são sempre acompanhadas, vigiadas o que torna difícil a construção e a compreensão do sentido dos conceitos de público e privado.

Outra situação que condiciona a vivência da sexualidade destas pessoas é a negação de uma educação sexual. Devido a preconceitos e medos, pais e professores não informam adequadamente as pessoas com deficiência mental sobre este tema, recebendo estes, unicamente, mensagens negativas sobre a sexualidade (Albuquerque, 2007:75).

Falar da sexualidade na deficiência mental exige que se questionem ideias preconcebidas e comportamentos construídos socialmente. Existem um conjunto de mitos e crenças que condicionam a visão que temos da pessoa com deficiência mental e a forma como a informação sobre a sexualidade lhes é transmitida. Desta forma, analisaremos alguns deles:

a. As pessoas com deficiência mental apresentam um desenvolvimento sexual, desejos e necessidades afectivas diferentes das pessoas normais.

Como já foi referido anteriormente, à deficiência intelectual não corresponde um deficit sexual. Os maiores problemas que podem acontecer não estão na sexualidade em si, mas na forma como a pessoa com deficiência mental aprende a lidar com a sua sexualidade e a expressá-la e que derivam dos deficits perceptivos, discriminativos e cognitivos que dificultam a acção do indivíduo no meio social (Pinheiro, 2004:200). A falta de

maturidade emocional ou a dificuldade para compreender o significado das relações interpessoais não estão ligadas à deficiência mental, mas directamente relacionadas com a história educativa e afectiva (Amor Pan, 1997:118).

b. A deficiência mental é de carácter hereditário.

Estudos científicos mais recentes desautorizam a teoria, defendida em 1933, por Pintner de que a deficiência mental é de carácter hereditário (Amor Pan, 1997:68-69). Estes dados recentes indicam que a descendência de pessoas com deficiência mental não tem um alto risco de padecer desta patologia.

As pessoas com deficiência mental têm uma sexualidade exacerbada, “Hipersexuada”.

Maia e Aranha (2005), numa pesquisa realizada com 40 professores de alunos com deficiência, *descobriram que as manifestações relatadas pelos professores não correspondem às concepções a respeito da sexualidade do deficiente como exagerada ou prematura. Não foram relatados pelos professores comportamentos sexuais grotescos ou aberrantes* (citado por Luiz, E.C., Kubo, O.M., 2007:222).

c. As pessoas com deficiência mental são assexuadas: carecem de desejos e de necessidades no terreno da sexualidade.

A este respeito, Glat (1992: 66) refere que as pessoas ditas excepcionais, *não são necessariamente excepcionais nos seus impulsos e desejos sexuais. Elas têm necessidades normais, experiências normais e emoções humanas normais*. A sua inibição sexual não é fruto de uma disfunção intrínseca mas resulta da falta de condições para um desenvolvimento de uma sexualidade saudável.

A sexualidade precisa de ser entendida numa abordagem mais ampla, como atributo de todo o ser humano e que, por esta razão, é parte integrante das relações que este estabelece consigo mesmo e com os outros.

[...] A sexualidade, quando inserida nas circunstâncias de vida de uma pessoa, participa do seu processo de desenvolvimento e é um instrumento que propicia experiências indispensáveis ao crescimento pessoal, à autonomia e ao desenvolvimento da individualidade (Moraes, 2006: 20)

A sexualidade aparece mais como uma experiência pessoal, fundamental na construção da identidade do sujeito, ela é, segundo a Organização Mundial de Saúde:

[...] uma energia que nos motiva para encontrar amor, contacto, ternura e intimidade; ela integra-se no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, acções e interacções e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental (citado por Pereira, 2006: 15).

Neste sentido, a educação sexual deve ser entendida como um processo através do qual se transmitem conhecimentos relativos ao corpo e ao seu desenvolvimento, se promovem atitudes positivas e comportamentos responsáveis e se ajuda a pessoa a escolher o seu caminho, de uma forma informada e consciente.

No seu início, a ideia da educação sexual surgiu como uma reacção ao conservadorismo moral e ao silêncio a que as questões sexuais estavam votadas no Modelo Moral. Com o surgimento da SIDA implementou-se um Modelo Preventivo no qual a educação sexual era olhada numa perspectiva de saúde, como um factor de prevenção das doenças. Contudo, este modelo mostrou-se insuficiente no que concerne à transmissão de componentes emocionais e relacionais da sexualidade.

Neste sentido, requeria-se um modelo de educação sexual integral que englobasse várias vertentes: uma vertente biológica, uma vertente psicológica e, finalmente, a vertente social que englobasse as discussões sobre valores e atitudes e os modelos morais (Ramos, 2005: 51).

Na nossa opinião, este Modelo de Desenvolvimento Pessoal é o mais adequado à educação sexual de pessoas com deficiência mental. A Educação sexual destas pessoas deve, assim, apoiar-se numa concepção ampla da sexualidade, que faça justiça ao ser humano, na sua globalidade, entendida em termos de relação (Amor Pan, 1997: 306).

3. A educação sexual de pessoas com deficiência mental

Diversos estudos (Pinheiro, 1996; Wolf e Zarfes, 1982; Heshusius 1982; Abramson e cols., 1988) demonstram que as pessoas com deficiência mental não recebem uma educação adequada e apropriada às suas dificuldades cognitivas o que impede o desenvolvimento de uma sexualidade plena e harmoniosa (citado por Pinheiro, 2004: 201-202). Não lhes sendo proporcionada esta educação, a pessoa com deficiência mental nem sempre expressa e entende a sua sexualidade de modo adequado às normas e contextos sociais em que está inserida. Concordamos plenamente com Amor Pan, quando diz que: *não se podem exigir condutas apropriadas se não se proporcionarem os indispensáveis referentes, através de um processo educativo pertinente* (1997: 304).

Tanto um estudo de Brantlinger, como outro de Abramson e cols. (citado por Pinheiro, 2004: 201-202) revelam que a maioria dos pais preferem que os seus filhos não recebam educação sexual pois acreditam que esta irá estimular o despertar da sexualidade.

Junto aos próprios indivíduos com deficiência, encontramos as pesquisas de Glat (1992: 68-70) abrangendo deficientes mentais leves e moderados. Esta autora constata a precariedade de conhecimentos das pessoas com deficiência mental a respeito de aspectos essenciais da sexualidade. Quanto à educação sexual verificou que, apenas 30% obtinham informações sobre sexo com a família, 18% com profissionais que trabalham com eles e os restantes obtinham-nas na rua, com colegas ou através dos meios de comunicação.

A falta de informação limita a possibilidade de desenvolverem as suas potencialidades e realizarem a sua integração social. As pessoas com deficiência mental devem aprender a reconhecer a sua individualidade, compreender o comportamento social, conhecer a sua própria vulnerabilidade e, essencialmente, saber escolher, decidir e desenvolver a sua sexualidade. Tal não se pode fazer com uma atitude de infantilização e isolamento social. É, por isso, pertinente que a educação sexual deva ser considerada parte do processo de educação global da pessoa com deficiência mental, como para qualquer pessoa, com metodologia adequada à sua capacidade cognitiva e faixa etária. Uma educação sexual, bem orientada, pode diminuir os riscos de exploração e de abuso sexual, diminuir comportamentos socialmente inaceitáveis, assim como prevenir uma gravidez indesejada e melhorar os conhecimentos sobre as doenças sexualmente transmissíveis.

4. O papel da família

Aos pais incumbe o direito mas, principalmente o dever de proporcionar a adequada educação sexual aos seus filhos. A família é o lugar onde se forma a consciência moral da criança e se transmitem os valores primordiais sobre a vida sexual. Sendo as pessoas com deficiência mental muito dependentes dos progenitores, a família funciona como modelo de conduta que transmite valores e conhecimentos sobre a sexualidade.

Mas, muitos pais sentem-se confusos perante esta problemática e perante a responsabilidade da educação sexual de uma pessoa com deficiência mental. Por outro lado, as famílias têm dificuldades em encarar os filhos como seres sexuados, e têm uma atitude de negação da sua capacidade para “entender estas coisas” e medo que a educação sexual provoque o desenvolvimento da sua sexualidade (Marques, A. M., 2005:62). A família necessita, assim, de apoios profissionais, e de um apoio solidário da sociedade em geral, para fazer face à sua tarefa educativa. É aqui que entra a escola, quando deve assumir um papel complementar de apoio à educação das pessoas com deficiência mental.

5. A Educação Sexual em contexto escolar

[...] poderíamos apontar como grande objectivo da Educação Sexual escolar o de contribuir (ainda que parcialmente) para uma vivência mais informada, mais gratificante e mais autónoma, logo, mais responsável da sexualidade (Frade et al, 2001: 19).

É, sobretudo, no domínio dos conhecimentos que a escola poderá ter um papel importante, quando comparada aos outros agentes de socialização como a família, os amigos ou os media. Contrariamente a estes, a escola tende a promover uma aprendizagem de forma articulada e com um sentido lógico. Por outro lado, a escola, por ser um espaço de ensino formal e de saberes interdisciplinares, é capaz de transmitir conhecimentos técnicos e científicos que, muitas vezes, as famílias não podem promover devido à deficiente preparação e dificuldades de comunicação dos progenitores.

Relativamente à educação sexual em contexto escolar, a política educativa tem sido pautada por abundante legislação e documentos oficiais que suportam e permitem a operacionalização de uma intervenção formal, nas escolas, em todos os graus de ensino. Contudo, na prática, verificou-se uma grande incapacidade das escolas para responderem adequadamente a estas propostas de educação sexual.

O diploma, recentemente aprovado, que torna obrigatória a educação sexual em contexto escolar (Lei nº 60/2009), define as finalidades da educação sexual, os conteúdos curriculares para os diferentes níveis de ensino e a respectiva carga horária e, enquadra a educação sexual no âmbito da educação para a saúde, nas áreas curriculares não disciplinares, sendo, esta, também transversal ao currículo. Com a implementação desta legislação espera-se que, finalmente, a educação sexual disponibilizada nas escolas seja de qualidade.

Note-se que a educação sexual, definida nos normativos legais analisados, restringe-se aos alunos que usufruem de um currículo comum. Contudo, interrogamo-nos sobre a educação sexual que é proporcionada a pessoas com deficiência mental abrangidas por um currículo específico individual (currículo funcional), ao abrigo do artigo 21º

do Decreto-lei nº 3/2008. Como esta medida educativa pressupõe alterações significativas no currículo comum, o mais provável é que estes alunos não frequentem algumas das disciplinas deste currículo, ficando, assim, privados da possibilidade de usufruírem da educação sexual que é proporcionada aos restantes alunos.

Os poucos programas que se conhecem sobre a educação sexual de pessoas com deficiência mental foram elaborados para instituições que recebem pessoas com deficiência; é o caso do Programa de Desenvolvimento Pessoal e Social para Crianças, Jovens e Adultos portadores de Deficiência Mental elaborado para o Centro Sócio-Educativo da APPACDM de Setúbal (APF, 2005: 78-114) e do programa elaborado por Loureiro, para Jovens com Deficiência Mental e publicado pelo Secretariado Nacional de Reabilitação. Várias experiências de educação sexual, com jovens e adultos deficientes mentais, têm sido feitas em diversas instituições como a APPC - Lisboa, a CERCIIV e o Centro de Educação de Crianças Deficientes - Mira Sintra com o objectivo de dotar estas pessoas com conhecimentos e aptidões ao nível da sexualidade (APF, 1995: 121 -148).

Quanto ao ensino regular não se conhecem programas ou relatos de experiências de educação sexual realizados com alunos deficientes mentais. Seria interessante saber o que cada escola tem vindo a implementar nesta área: quais os conteúdos, metodologias e actividades.

Nesta perspectiva, este artigo surge no âmbito da realização de um trabalho académico cuja abordagem empírica teve por objectivo investigar e obter dados sobre os conhecimentos, as necessidades e sentimentos de pessoas com deficiência mental relativamente à vivência da sua sexualidade. Em função das conclusões obtidas, uma segunda vertente do trabalho teve por objectivo a elaboração de uma proposta de intervenção pedagógica, em contexto escolar, com vista à educação sexual de pessoas com deficiência mental.

Optamos metodologicamente pelo Estudo de Caso com o objectivo de conseguir uma análise mais aprofundada do objecto em estudo. O instrumento escolhido para a recolha de dados foi a entrevista semi-estruturada pois permitia uma maior profundidade ao “colher informações íntimas ou de tipo confidencial” (Carmo, Ferreira, 1998: 147).

Sendo o objecto da nossa investigação - a problemática da sexualidade na deficiência mental – optamos por analisar esta questão através da perspectiva da própria pessoa com deficiência mental. Entrevistamos um grupo restrito de jovens com deficiência mental porque estão numa posição privilegiada no sentido de comunicar as suas próprias necessidades, conhecimentos e experiências sobre a realidade que procuramos compreender. Na elaboração do guião de entrevista e na sua realização, teve-se em conta as características cognitivas dos entrevistados, os problemas nos processos de memória a curto e médio prazo, os problemas de compreensão e as dificuldades de conceptualização.

Na realização das entrevistas atendeu-se a questões de carácter ético; a abordagem da temática da sexualidade foi feita com o devido cuidado respeitando a esfera da intimidade de cada uma das pessoas envolvidas; o entrevistador teve uma postura de neutralidade, não emitindo juízos de valor face ao conteúdo das respostas.

O guião da entrevista semi-estruturada foi elaborado com base nas leituras sobre a sexualidade, em geral, e a sexualidade na deficiência mental. McCabe isolou algumas áreas que segundo esta autora, são necessárias abordar, dentro de um programa de Educação Sexual: amizade, namoro e relação sexual; casamento; identificação de partes do corpo; sexo e educação sexual; menstruação; interacção sexual; contracepção; aborto e nascimento; doenças sexualmente transmissíveis; homossexualidade e abuso sexual (citado por Pinheiro, 2004: 203). Em cada uma dessas áreas seriam investigados conhecimentos, experiências, sentimentos/ atitudes e necessidades. As questões propostas na nossa entrevista abordaram nove dimensões que julgamos serem de muita relevância para a prossecução dos objectivos definidos na pesquisa:

- I dimensão: afectividade, emoções e sentimentos;
- II dimensão: sentimentos em relação ao namoro;
- III dimensão: sentimentos em relação ao casamento e maternidade/paternidade;
- IV dimensão: conhecimentos sobre reprodução e funcionamento do corpo;
- V dimensão: conhecimentos sobre contracepção e doenças sexualmente transmissíveis;
- VI dimensão: valores e atitudes quanto a relacionamentos sexuais;
- VII dimensão: percepção sobre autonomia pessoal/ intimidade;
- VIII dimensão: percepção sobre abuso sexual;
- IX dimensão: educação sexual (quem a forneceu, dúvidas e necessidades).

A população - alvo deste estudo foram jovens com deficiência mental que frequentavam a escola pública e que se encontravam ao abrigo do artigo 21º do Decreto - Lei 3/2008, de 7 de Janeiro, a usufruir de um currículo específico individual. A amostra, embora limitada, mas significativa para os objectivos, foi constituída por três jovens, duas raparigas e um rapaz, com idades diferentes e percursos de vida diferenciados: sujeito A - 15 anos e características de Síndrome Fetal Alcoólico; sujeito B - 13 anos e características físicas e comportamentais típicas da Trissomia 21; sujeito C - 17 anos com diagnóstico de Deficiência Mental. Esta amostra não é de tipo probabilístico, mas foi constituída em função das características específicas que se pretendiam investigar. Neste

caso, obviamente que os resultados não podem ser generalizados à população à qual pertencem, contudo, consideramos que poderão ser obtidas informações preciosas mas que deverão ser utilizadas com as devidas cautelas e reservas (Carmo, Ferreira, 1998: 197).

A entrevista foi realizada, individualmente, pela pesquisadora numa sala reservada para o efeito e com a privacidade necessária, dado o carácter das questões. A pesquisadora guiou-se pelas questões do roteiro de entrevista. Foi necessário, dadas as características dos sujeitos, adaptar o discurso à linguagem compreensível destes jovens para que estes pudessem não só compreender o que lhes era pedido, como serem capazes de verbalizar as suas respostas.

Todas as entrevistas foram gravadas, com a permissão dos entrevistados. Após a transcrição das respostas, foi feita a análise qualitativa das mesmas. Para proceder à análise do conteúdo fizemos agrupamentos temáticos, construímos categorias a partir das quais procuramos compreender e descrever a realidade observada comparando as respostas dadas pelos três sujeitos e analisando-as sob diferentes pontos de vista e referenciais teóricos. Através da análise procurou-se descortinar possíveis semelhanças ou diferenças nos discursos dos três sujeitos a fim de perceber quais são os conhecimentos, as necessidades e sentimentos de pessoas com deficiência mental relativamente à vivência da sua sexualidade.

6. Discussão dos resultados

A análise qualitativa efectuada indicia que os conhecimentos dos sujeitos da pesquisa sobre funções corporais, reprodução, nascimento, Doenças Sexualmente Transmissíveis e métodos anticoncepcionais são limitados e algumas vezes deturpados. De referir que no caso do sujeito B a professora de Educação Especial considera que seria inadequado dar-lhe educação sexual pois esta ainda *não está mentalmente preparada para tal e não seria capaz de assimilar a informação de forma adequada*. A mesma atitude tiveram a mãe e a médica que disseram à jovem que a pílula é uma vitamina para crescer. Isto vem confirmar a tendência para infantilizar estas pessoas, adiando a sua educação, em matéria sexual (Albuquerque, 2007:75). Verificamos, ainda, que as necessidades e sentimentos manifestados, por estes jovens, em relação ao namoro, casamento e paternidade/maternidade parecem ser equivalentes aos esperados para a maioria dos jovens da sua idade, o que vem confirmar o estudo de Glat (1992).

Há também a confirmação da ideia de que estas pessoas têm dificuldade para aceder a contextos normalizados, vivem em maior isolamento e têm dificuldade no contacto social. Analisando as respostas às questões relacionadas com a amizade e os amigos, verifica-se que todos os sujeitos têm relacionamentos afectivos limitados, referindo, todos, o contexto escolar. Para além deste contexto, verifica-se a existência de poucas amizades ou relacionamentos.

Além disso, verifica-se uma ausência de espaços e tempos privados. Os sujeitos B e C continuam dependentes das mães na execução das tarefas relacionadas com a autonomia pessoal, por as mesmas as considerarem incapazes, situação que desagrada a ambas as jovens.

Por fim, os resultados da nossa pesquisa permitem constatar que em contexto escolar são fornecidas algumas informações sobre educação sexual, embora de forma incipiente, mas no contexto familiar predomina uma atitude de silêncio.

É assim, necessário e urgente a criação de programas de educação sexual para estes alunos que frequentem um currículo específico individual. Pelo diálogo que foi estabelecido com estes jovens consegue-se perceber que estes têm plena capacidade para participarem num programa de educação sexual.

7. Programa de educação sexual

No decurso da nossa investigação verificamos que a legislação é omissa e que são inexistentes orientações programáticas do Ministério da Educação sobre a educação sexual de pessoas com deficiência mental. Os alunos que frequentam um currículo específico individual ao abrigo do artigo 21º do Decreto-lei nº 3/ 2008 não têm uma educação sexual adequada. Estando conscientes dos danos que a sua falta pode acarretar para o desenvolvimento e integração das pessoas com deficiência mental, o trabalho empírico teve ainda uma segunda vertente cujo objectivo era a elaboração de uma proposta de intervenção pedagógica, em contexto escolar. Por esta razão, a seguir, apresentaremos algumas propostas que poderão servir de guia para a elaboração de um programa de educação sexual para alunos com deficiência mental. As nossas propostas baseiam-se, essencialmente, no programa elaborado por Neves et al (APF, 2005: 79) e por Couwenhoven, Terri (2007) e nalgumas indicações programáticas e metodológicas dadas por Amor Pan (1997) e Marques & Forreta (APF, 2005: 45-58). Estes programas de educação sexual não podem ser esporádicos e pontuais mas devem ser bem estruturados, implicando a intervenção da Educação Especial, de todos os professores que trabalhem com o aluno, numa

perspectiva transversal ao currículo. Todavia não devem ser estruturalmente diferentes dum programa elaborado para o currículo comum devendo partilhar os mesmos princípios e finalidades. Contudo, tendo em conta as particularidades bio-psico-sociais das pessoas com deficiência, existem alguns objectivos específicos para o caso da educação sexual de pessoas com deficiência mental. Importa salientar que os conteúdos programáticos dum programa de educação sexual devem abarcar conhecimentos, capacidades, valores e atitudes. Na nossa perspectiva, colocar o acento da educação sexual apenas na transmissão de informações é radicalmente insuficiente, pois é impossível transmitir conhecimentos sobre sexualidade sem transmitir valores. Finalmente, os conteúdos propostos num programa de educação sexual devem ser significativos para as pessoas envolvidas, devem estar adaptados às suas necessidades e às suas capacidades de entendimento e devem ser funcionais no seu dia-a-dia.

Sendo assim, e a título exemplificativo, indicamos os seguintes conteúdos e objectivos que devem ser abordados num programa de educação sexual para pessoas com deficiência mental.

Programa de Educação Sexual para Pessoas com Deficiência Mental	
Conteúdos	Objectivos
Conhecimento sobre o corpo e funções do corpo	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer o corpo sexuado e os seus órgãos internos e externos;- Conhecer os mecanismos da reprodução e da contraceção e da prática do sexo seguro;- Identificar as mudanças anatómicas e emocionais que ocorrem na puberdade.
Exercício da Sexualidade	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer as várias dimensões da sexualidade;- Desmistificar as falsas crenças relativas a aspectos da sexualidade;- Ser capaz de expressar sentimentos e opiniões e de comunicar acerca do tema da sexualidade;- Compreender o quadro ético de referência nos relacionamentos afectivo/sexuais: respeito, a atenção e o sentido do outro, a responsabilidade nos comportamentos.
Distinção entre o público e o privado	<ul style="list-style-type: none">- Saber o que é intimidade e pudor;- Distinguir entre partes do corpo privadas e partes públicas;- Saber quais as regras sociais para as partes íntimas;- Identificar os espaços privados.
Os vários tipos de sentimentos	<ul style="list-style-type: none">- Identificar diferentes sentimentos;- Distinguir entre formas correctas e incorrectas de expressar sentimentos;- Facilitar a expressão de sentimentos.
Os relacionamentos interpessoais	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolver capacidades sociais que promovam os vínculos afectivos e o relacionamento interpessoal;- Distinguir os diversos tipos de relacionamentos: família, amizade, namoro e casamento;- Saber interagir com o outro de forma socialmente aceitável: desenvolvendo capacidades para ouvir, expressar-se e esperar.
Conceitos e práticas básicas de saúde sexual e reprodutiva	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer os diferentes métodos contraceptivos, as vantagens e inconvenientes de cada um;- Adoptar uma atitude preventiva face às DST.
Práticas de cuidado diário do corpo	<ul style="list-style-type: none">- Reconhecer a importância de cuidar do corpo e da higiene corporal;- Saber cuidar de modo autónomo da higiene do corpo;- Reconhecer os hábitos de higiene como regra básica de sociabilidade.
Reforço da auto-estima e da auto-imagem positivas	<ul style="list-style-type: none">- Aceitar positivamente a sua imagem corporal e valorizar as suas qualidades;- Reforçar as competências de comunicação;- Facilitar experiências de integração e de afirmação pessoal, que reforcem a confiança no seu valor pessoal e elevem a auto-estima.

Assertividade para reagir a comportamentos não desejados	<ul style="list-style-type: none">– Conhecer os seus direitos como ser humano;– Saber que tem direito a decidir sobre o seu corpo;– Identificar comportamentos sexuais inadequados;– Conhecer as diversas formas de violência e de abuso sexual;– Desenvolver competências para estabelecer limites e para fazer escolhas;– Identificar e adoptar respostas assertivas em situações de injustiça, abuso e perigo e saber procurar ajuda e apoio.
--	---

Nos programas dirigidos a pessoas com deficiência deve-se ter em conta a complexidade dos seus processos de aprendizagem, determinada pela inter-relação entre factores cognitivos, linguísticos, sociais e afectivos. Sendo assim, na prática pedagógica, deve-se ser criativo, fugindo à tendência para utilizar métodos rígidos e que impeçam o envolvimento dos destinatários. Os conteúdos devem ser transmitidos recorrendo, sempre que possível, ao concreto, à imagem e ao figurativo. É igualmente fundamental que este trabalho seja feito em pequenos grupos, de forma a desenvolver a capacidade de relacionamento interpessoal, utilizando técnicas como o *role-playing*, as dramatizações, as dinâmicas de grupo, audição de músicas, a dança, etc.

Melhor dizendo, o que defendemos é o uso de metodologias activas, as quais apelam à máxima participação da pessoa no processo de ensino – aprendizagem, favorecendo a atenção e a motivação.

Na nossa opinião, deverá haver um professor responsável pela leccionação dos conteúdos e pela planificação das actividades, sendo para tal criada uma área de Educação Sexual no currículo do aluno. Esta deverá estar mencionada no Plano Educativo Individual do aluno de acordo com o artigo 9º do Decreto – Lei nº 3/2008.

Contudo, o programa deverá ser conhecido por todos os elementos do conselho de turma e ter o acordo do encarregado de educação que deverá colaborar na sua elaboração e aplicação. A aplicação do programa deve ser, igualmente, da responsabilidade de todos os professores do conselho de turma, havendo uma atitude de consonância, principalmente no que se refere à esfera das atitudes, valores e comportamentos. As equipas de saúde poderão também desempenhar um papel activo no aconselhamento e orientação sexual destes alunos. Apesar de sermos partidários duma educação sexual formal (uma intervenção pedagógica intencional e estruturada), como tal dentro do currículo, mais importante ainda, é fornecer a estas pessoas um rol de experiências cada vez mais amplas e articuladas, em todos os contextos. O indivíduo deve viver situações afectivas e experiências semelhantes às de outras pessoas da sua idade, pois só assim conseguirá adquirir as aptidões necessárias para a vida social e para o desenvolvimento de comportamento sexuais saudáveis.

8. Conclusão

Com este artigo pretendemos dar a conhecer os obstáculos que as pessoas com deficiência mental encontram na sua integração social, em especial, na vivência da sua sexualidade. A sexualidade da pessoa com deficiência mental é ainda um domínio pouco estudado e gerador de conflitos, tanto para o indivíduo, como para a sua família, educadores e para a sociedade. Apercebemo-nos do estigma, dos mitos e tabus que estão presentes na nossa prática pedagógica e na vivência social ou familiar quando falamos de sexualidade na deficiência

O nosso contributo passou por investigar quais são os *conhecimentos, as necessidades e sentimentos das pessoas com Deficiência Mental relativamente à vivência da sua sexualidade*. O estudo deste tema permitiu-nos indicar outros caminhos de pesquisa; seria interessante comparar os conhecimentos de jovens com deficiência mental com os conhecimentos de jovens sem deficiência e da mesma faixa etária, para perceber se as diferenças são muito relevantes; gostaríamos, também, de investigar o que cada escola do ensino básico tem feito, em matéria de educação sexual, para colmatar as necessidades dos jovens com deficiência mental.

Em síntese, consideramos que é imperativo que se comece a escutar o que as pessoas com deficiência têm a dizer sobre a sua sexualidade: as suas experiências, os seus desejos e as suas necessidades. Apesar de continuarem a existir muitas barreiras para a expressão sexual destas pessoas, no entanto, é encorajador saber que este assunto é cada vez mais discutido. Mas, ainda há muito fazer. Para além do estudo, análise e discussão desta problemática é necessário que a sociedade crie, para as pessoas com deficiência, condições efectivas para a vivência saudável da sua sexualidade.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, P. P. (2007). *A sexualidade como aspecto inclusivo: uma proposta de Intervenção para pais e professores de jovens com deficiência mental*. Universidade Federal de S.Carlos.
[http://www.bdtd.ufscar.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1862], disponível em 02/02/09.
- AMOR PAN, J.R. (1997). *Afectividad y sexualidad en la persona con deficiencia mental*. Madrid: Universidad Pontificia de Comillas.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2009). Lei n.º 60/2009 de 6 de Agosto. *Estabelece o regime de alicação da educação sexual em meio escolar*. Diário da República, 1.ª série — N.º 151 — 6 de Agosto de 2009 5097.
- ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA (2005). *SER+, Programa de Desenvolvimento Pessoal e Social para Crianças, Jovens e Adultos Portadores de Deficiência Mental*. Lisboa: APF.
- BASTOS, O. M., DESLANDES, S. F. (2005). *Sexualidade e o adolescente com deficiência mental: uma revisão bibliográfica*. Ciência. Saúde Coletiva, vol.10, (n.2), pp. 389-397. [<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a17v10n2.pdf>] Disponível em 10/11/10.
- CARMO, H., FERREIRA, M.M. (2008). *Metodologia da Investigação*. Lisboa: Universidade Aberta.
- COUWENHOVEN, Terri, M.S. (2007). *Teaching Children with Down Syndrome about their bodies, boundaries, and sexuality, a guide for parents and professionals*. United States of America: Woodbine House.
- FRADE, A. et al. (2001). *Educação Sexual na Escola*. Lisboa: Texto Editora.
- GLAT, R. (1992). *A sexualidade da pessoa com deficiência mental*. Revista Brasileira de Educação Especial, 1 (1), pp. 65-74. [http://www.marilia.unesp.br/abpee/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista1numero1pdf/r1_arto6.pdf] disponível em 25/06/09
- LUIZ, E. C., KUBO, O. M. (2007). *Percepções de jovens com Síndrome de Down sobre relacionar-se amorosamente*. Revista Brasileira Educação. Especial, vol.13 (n.2), pp. 219-238. [<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v13n2/a06v13n2.pdf>] disponível em 10/11/10.
- MAIA, A., ARANHA, M. (2005). *Relatos de professores sobre manifestações sexuais de alunos com deficiência no contexto escolar*. Interacção em Psicologia, 2005, 9 (1), pp. 103-116 [<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/view/3290/2634>], disponível em 03/05/09.
- MARQUES, A. M. (2005). *O Envolvimento dos Pais em Programas de Educação Sexual*. In (APF) SER+, Programa de Desenvolvimento Pessoal e Social para Crianças, Jovens e Adultos Portadores de Deficiência Mental (pp. 61-70). Lisboa: APF.
- MARQUES, A. M. (1995). *Princípios e Práticas da Educação Sexual*. In (Félix, I., Marques, A.M.) E nós... Somos Diferentes? Sexualidade e educação sexual na deficiência Mental (pp.89 - 100). Lisboa: APF.
- MARQUES, M. M., Forreta, F. (2005). *Educação sexual: conceito, objectivos e estratégias*. In (APF) SER+, Programa de Desenvolvimento Pessoal e Social para Crianças, Jovens e Adultos Portadores de Deficiência Mental (pp. 39-54). Lisboa: APF.
- MARQUES, M.M., et al. (2002). *Educação Sexual no 1º Ciclo*. Lisboa: Texto Editora.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2008). Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de Janeiro, DR: I Série, nº 4, 08-01-07,p. 154-164, alterado pela Lei nº 21/2008, de 12 de Maio, DR: I Série, nº 91, 08-05-12, p. 2519-2521.
- MORAES, S. C. (2006). *As representações dos professores sobre a sexualidade dos alunos com Síndrome de Down*, [www.cipedya.com/web/FileDownload.aspx?IDFile=162329] disponível em 10/11/10.
- NEVES, et al. (2005). *Programa de Desenvolvimento pessoal e Social para Crianças, Jovens e Adultos Portadores de Deficiência Mental*. In (APF) SER+, Programa de desenvolvimento pessoal e social para crianças, jovens e adultos portadores de Deficiência Mental (pp. 79-114). Lisboa: APF.
- PEREIRA, M. M. M. de C. (2006). *Guia de educação sexual e prevenção do abuso*. Coimbra: Pé de Página Editores.
- PINHEIRO, S. N. S. (2004). *Sexualidade e deficiência mental: revisando pesquisa*. Psicol. esc. educ., dez. 2004, vol.8, (no.2), pp.199-206, [<http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/pee/v8n2/v8n2a08.pdf>], disponível em 23/06/09.
- RAMOS, M. L. P. (2005). *Sexualidade na diversidade, Atitudes de Pais e Técnicos face à Afectividade e Sexualidade da Jovem com Deficiência Mental*. Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação.